

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Portugal, através da Resolução da AR 108/2015, ratificou o “Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de fevereiro de 2013”. Esta Resolução foi aprovada com os votos do PSD e CDS, a abstenção do PS e votos contra dos demais partidos.

Em paralelo Portugal igualmente aderiu à denominada Patente europeia de efeito unitário.

Passados praticamente 6 anos o sistema não entrou em vigor e está numa situação de impasse. O sistema para entrar em vigor necessita da adesão obrigatória do Reino Unido, França e Alemanha e mais 9 estados-membros. Até à data dos 3 países necessários a Alemanha ainda não ratificou e o Reino Unido anunciou a adesão, mas, em consequência do Brexit já anunciou a retirada formal dessa Adesão.

Por outro lado, têm sido suscitadas questões constitucionais que atrasam a ratificação alemã. Ainda recentemente, no início deste ano, e pela segunda vez, o Tribunal Constitucional Alemão, segundo notícias vindas a público, suspendeu novamente esse processo, sem o qual o sistema não poderá ter início.

Ou seja, 6 anos após a ratificação nacional do sistema, não houve desenvolvimentos e caso o sistema tenha início, já não será o que foi ratificado por Portugal.

É que, além da saída do Reino Unido, também se sabe que Espanha, Polónia, Hungria, Croácia, entre provavelmente outros, já fizeram saber que não irão aderir, em defesa dos interesses económicos das suas empresas. Outro dos argumentos que suportam essa decisão prende-se com a defesa da língua nacional.

Entretanto, e pelas notícias que são publicadas, decorrem negociações para ultrapassar o impasse da saída do Reino Unido e as consequências legais que a mesma terá para a (não) entrada em vigor do sistema.

Ora, tendo a Adesão de Portugal resultado de uma decisão do Parlamento Português, o actual Governo não forneceu nenhuma informação ao Parlamento sobre as negociações em curso, nem sobre a posição de Portugal nas mesmas, dado o actual contexto e os desenvolvimentos entretanto verificados.

Sabemos, contudo, que este é o momento para Portugal, 5 anos após a adesão ao sistema que nunca entrou em funcionamento, reflectir sobre o seu posicionamento nesse processo negocial, equacionando a salvaguarda dos interesses das nossas empresas e do tecido empresarial, principalmente atendendo ao momento de profunda crise económica que as mesmas atravessam.

Nesse sentido:

Qual tem sido a posição portuguesa nas negociações que decorrem no âmbito do sistema do Tribunal Unificado de Patentes e da criação da patente europeia de efeito unitário?

Tem o governo ouvido os principais agentes económicos nacionais afectados por este mecanismo, nomeadamente através de um dos organismos que os representa, a CIP, envolvendo-os na análise e procura de soluções nesta matéria?

Tem o governo conhecimento do estudo que terá sido elaborado pela CEOE – Confederação espanhola de Organizações Empresariais referente ao impacto financeiro deste acordo na economia espanhola?

Qual a apreciação do governo português no que respeita à intenção do Reino Unido, renunciar à sua adesão anterior no contexto do Brexit?

Está o Governo disponível para envolver a Assembleia da República na discussão deste tema, não só participando na construção da posição nacional actual, dados os desenvolvimentos entretanto verificados, mas também discutindo, apreciando e votando eventuais alterações que possam vir a ser introduzidas aos tratados, seus anexos ou regulamentos?

Palácio de São Bento, 19 de abril de 2021

Deputado(a)s

AFONSO OLIVEIRA(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)

CARLOS SILVA(PSD)